

HISTÓRIA REGIONAL

RESPONSÁVEIS: DR EDUARDO A. TOMANIK (COORDENADOR) E LUIS CARLOS TAVARES DE SÁ (PÓS-GRADUANDO)

Resumo

Apresenta dados sobre o processo de ocupação recente da região ribeirinha do Rio Paraná, especialmente aquela mais próxima ao município de Porto Rico, destacando aspectos dos conflitos sócio-econômicos que ocorreram e que vêm ocorrendo desde então..

Introdução

Por se tratar de um período histórico bastante recente, no caso deste trabalho, houve a possibilidade de gravar depoimentos de pessoas que chegaram na região de Porto Rico, nas décadas de cinquenta e sessenta deste século, o que pode enriquecer o trabalho e contribuiu para desmistificar, de certa maneira, aquela visão romântica de colonização, na qual o pioneirismo, o heroísmo, a pujança da região, são ressaltados, em detrimento do outro lado da história, ou seja, dos conflitos sócio-econômicos que envolveram o período.

A questão da terra, cuja solução se protela em prejuízo da construção de um Estado democrático, contribui de modo decisivo para a violência que envolve o país.

Segundo dados do Cadastro de Imóveis Rurais do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), propriedades com mais de 500 hectares cobrem metade das terras aráveis, enquanto 3 milhões de minifúndios ocupam apenas 2,66%. E no topo

dessa pirâmide estão cerca de sessenta fazendas enormes, em média com 200 mil hectares cada uma, tomando 3% da terra arável.

Essa deformidade na distribuição da terra afeta a produtividade econômica. As pequenas propriedades são, de fato, muito pequenas, não oferecendo condições adequadas de vida. E as grandes encontram-se apenas parcialmente exploradas, reservando-se não para a produção agrícola, mas para uma política distorcida de especulação imobiliária.

Nesse cenário, o trabalhador rural não tem opções. O seu salário tende a permanecer extremamente baixo, e ele se vê marginalizado, excluído mesmo do processo produtivo.

Quando, entretanto, decide permanecer no campo e se organizar para conservar o pouco que possui ou para obter o mínimo necessário para sua subsistência, ele e seus aliados enfrentam um problema adicional - a violência, por vezes sustentada institucionalmente, que visa impedir qualquer alteração nas relações entre proprietários e trabalhadores.

AQUESTÃO DA TERRA NA REGIÃO

O governo do Estado do Paraná, proprietário de grandes áreas de terras devolutas, e de terras de antigas concessões anuladas que retornaram ao seu patrimônio, iniciou a partir de 1939, um programa de colonização no norte paranaense. Foram de iniciativa oficial, além de Jataizinho, as colônias de Içara (1941), Jaguapitã (1943), Centenário (1944), Interventor (1950) e Pagu (1950), em terras da ex-concessão Alves Almeida, bem como a colônia Paranaíba, mais a oeste, em 1942, situada a sua sede no centro da antiga Fazenda Brasileira, cujas terras haviam voltado ao patrimônio do Estado do Paraná, após a Revolução de 30.

O sistema de colonização da região de Paranaíba, difere das demais regiões no sentido de que as propriedades rurais eram de dimensão variada, conforme a sua localização mais próxima ou distante em relação à sede da Colônia.

Com a fundação da colônia Paranaíba-Paraná, a partir de 1939, inicia-se o processo de colonização do extremo noroeste do Paraná, coordenado pelo próprio Estado.

Até a década de 60, a colonização é marcada por muitos conflitos pela posse da terra, com a constante intervenção da polícia militar e do poder judiciário, envolvendo migrantes de várias regiões do país, sobretudo, nordestinos e paulistas, que desenvolviam seu trabalho basicamente nas culturas do café e do algodão.

No início da colonização, os médios e os grandes proprietários, arrendavam suas propriedades para formação de cafezais, cabendo ao arrendatário o desmatamento, a renda conseguida com a venda das madeiras e a receita da primeira safra. Neste período - o de formação dos cafezais - o arrendatário cultivava outros produtos para sua subsistência, além de manter pequena criação de gado leiteiro, suínos e aves (FUEM/CIAMB-PADCT, 1993). Porém, já em meados da década de 60, a cultura do café estava praticamente erradicada e os parceiros e

pequenos proprietários cultivavam algodão e mandioca, enquanto os médios e grandes proprietários plantavam milho.

No ano de 1960, a região noroeste do estado do Paraná, era considerada uma das regiões de produção agrícola mais importantes do Estado, contribuindo com 8% da produção nacional de algodão, aumentando para 20,1% em 1970. Entretanto, os contratos de parceria ou arrendamento, previam a entrega da terra, ao final do contrato, com pastagem formada (Rosa, citado em Agostinho e Zalewski, 1996).

Na década de 70, iniciou-se o processo de concentração fundiária, diminuição dos contratos de arrendamentos e de parcerias, desenvolvimento da pecuária, o que, conseqüentemente, acabou expulsando da terra, os pequenos proprietários, os parceiros, os arrendatários, os posseiros, e com eles a maior parte dos trabalhadores rurais.

De acordo com os censos demográficos realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) entre 1970 e 1980 nos municípios que margeiam o rio Paraná, houve uma diminuição em mais de 38% do número de habitantes, transferidos para a zona urbana. Houve também nesse período, vários conflitos de terras, que foram resolvidos na maior parte dos casos, por intermediação do poder público.

Uma parte da população foi transferida pelo INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) para outros estados, como Rondônia, Mato Grosso e Pará. Outra parte, ocupou as ilhas do rio Paraná, passando a atuar como pescadores, pequenos agricultores e trabalhadores volantes.

Acontece que as enchentes de 1982 e 1983, acabaram expulsando os ilhéus para o continente, o que provocou novos conflitos, isto porque a região não tinha capacidade para absorver a mão-de-obra excedente, em função da organização estar voltada para a agropecuária.

A partir de 1983, as várzeas e ilhas, que anteriormente absorviam a população expulsa do

continente, foram ocupadas pelos fazendeiros da região para a manutenção do gado durante os meses de seca, quando as pastagens no continente são insuficientes para a manutenção do gado.

O município de Porto Rico

Localizado no extremo noroeste do Estado do Paraná, ocupando uma área de 185 km², Porto Rico tem como limites: Querência do Norte, São Pedro do Paraná, Loanda, Santa Cruz de Monte Castelo e do outro lado do rio Paraná, Mato Grosso do Sul através do município de Bataiporã.

Porto Rico foi fundado no início da década de 50 pela empresa José Ebner e Cia., que trazia migrantes em busca de terras férteis e clima propício para o desenvolvimento da cafeicultura. Neste período a localidade era Distrito Administrativo de Paranavaí e, por força da Lei número 13 de 5 de agosto de 1956, foi elevada à categoria de Distrito Administrativo de Loanda. Em 5 de julho de 1963, pela Lei Estadual número 4738, foi criado o Município e instalado oficialmente em 21 de abril de 1964, ocasião em que foi empossado o Sr. Manoel Romão Neto, como primeiro Prefeito Municipal, eleito.

De acordo com dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1970 Porto Rico contava com 6.192 habitantes, sendo 1.025 residentes na zona urbana e 5.167 na zona rural. Em 1980, dos 5.341 habitantes, 1.181 residiam na zona urbana e 4.160 na zona rural. Em 1991, dos 3.211 habitantes, 1.495 residiam na zona urbana e 1.716 na zona rural. Em 1996, dos 2.714 habitantes, 1.490 residiam na zona urbana e 1.224 na zona rural.

Estes dados demonstram duas situações distintas: por um lado houve uma considerável diminuição do número total de habitantes entre 1970 e 1996, de 6.192 para 2.714 habitantes, e por outro um processo migratório do campo para a cidade, evidenciando um êxodo rural.

O Município conta com dois bairros urbanos

(Vila Nova e Pôr do Sol) e nove localidades rurais (Ouro Verde, Três Ranchos, Quatro Ranchos, Vila Urubu, Miguel Pontes, Ponte Preta, Inácio Franco, Comunidade Fazenda Jane e Distrito Relíquia do Norte). Como o Município está localizado às margens do rio Paraná, que passa com uma extensão de 1.500 metros de largura, entre uma margem e outra, Porto Rico conta ainda com 16 ilhas (Boa Vista, Coutinho, Japonesa, Floresta, Bandeiras, Pombas, Defunto, Carioca, do Pacú, Santa Rosa, Sílvia, Cajá, Mandaguari, das Vacas, Porto Rico e Mutum), além das praias Carioca, Permanente e as que se formam apenas no verão.

Dentre as ilhas do Município, a Mutum se destaca pelo seu tamanho diante das outras. Com 14,6 km de extensão num perímetro de aproximadamente 13 hectares, situa-se a 800 metros do continente.

De acordo com o relatório do NUPELIA, a pesca aparece não como uma atividade escolhida, mas como a única que resta, numa região em que outras possibilidades ocupacionais são escassas. A atividade da pesca acompanhou a vida econômica e a conseqüente degradação ambiental da região; de atividade promissora e atraente, passou a quase que obrigatória.

Além das dificuldades de obtenção dos peixes, o baixo preço obtido com a comercialização é outro fator que desestimula a continuação da atividade pesqueira. Além destes fatores econômicos, as condições de trabalho estão longe de ser ideais ou mesmo satisfatórias.

Diante destas dificuldades, alguns se sentem tentados a trocar as incertezas da pesca por uma atividade assalariada, onde os ganhos, embora reduzidos, possam ser freqüentes e garantidos.

A situação atual

Segundo Tomanik (1997), no momento da ocupação da região, a natureza preservada e sem dono, correspondia àquele ideal de vida e possibilitava formas de apropriação condizentes

com as aspirações individuais e a estrutura de valores coletiva.

Mesmo tendo chegado à região como trabalhadores em terras alheias e, portanto, como contratados, o trabalho, tal como efetivado à época, permitia que mantivessem não só as formas a que estavam acostumados de contato com a natureza, como sua autonomia e identidade cultural.

Os processos de exploração e de apropriação econômicas da região, entretanto, se encarregaram de transformar aquela esperança e aquela possibilidade de manutenção de um modo de vida numa ilusão.

A região foi transformada pela ação do homem. O que era “*um nada*” hoje é uma cidade; há estradas, eletricidade, fazendas.

As terras “altas”, do lado do estado do Paraná estão desmatadas e transformadas em pastagens; grande parte das ilhas também. A várzea do lado do Mato Grosso do Sul se transforma em pastagens, em plantações e em propriedades particulares. A modernização se faz então às custas da exclusão da população que hoje vive da pesca. O espaço se transforma em capital.

A terra hoje, é para ser comprada, não pode mais ser simplesmente usada.

As populações que num primeiro momento ocuparam as terras, foram expulsas para as ilhas. Depois, foram expulsas das ilhas. Hoje, nem continente, nem ilhas, sobrou o rio Paraná, que não é suficiente para o sustento da população expropriada. O conflito, portanto, não se manifesta através de luta armada ou invasão de terras, mas revela-se no dia-a-dia de uma população que já não tem de onde tirar o seu sustento.

Referências

BRASIL - IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 1996*.

NUPÉLIA - Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aqüicultura - Universidade Estadual de Maringá - Estudos Ambientais da Planície de Inundação do Rio Paraná, no Trecho Compreendido entre a Foz do Rio Paranapanema e o Reservatório de Itaipu - *Relatório Final do Segmento de Psicologia Social* (versão resumida), Maringá (mimeo), 1995.

SOUZA, P.R.P., MILLS, J. *Conflitos Jurídicos, econômicos e ambientais. Estratégias para o desenvolvimento de políticas ambientais e de uso do solo: um estudo de caso da Flórida (EUA) e Paraná (Brasil)*. Maringá, Eduem, 1995.

VAZZOLER, A. E. A., AGOSTINHO, A. A., HAHN, N. S. (Eds.). *A Planície de inundação do alto rio paraná: Aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos*. Maringá, Eduem, 1997

TOMANIK, E. A. *Elementos sobre as representações sociais dos pescadores “profissionais” de Porto Rico* em VAZZOLER, A. E. A. de M., AGOSTINHO, A. A. e HAHN, N. S. (Eds.), *A Planície de Inundação do Alto Rio Paraná - Aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos*. Maringá: EDUEM/NUPELIA, 1997.

WESTPHALEN, C. M.. *História do Paraná*. Curitiba, Grafipar, 1969.